CARTA DA CHINA

Ano 3 Nº 19 – 2 de agosto de 2006

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA
巴西-中国企业家委员会

Destaques desta edição:

- **Artigo especial: um ano de valorização do yuan**
- **Medidas do governo central para o desaquecimento da economia não surtem efeito**
- **China substitui exportações brasileiras no mercado argentino**
- **"*A China passa da deflação à inflação (uma história interessante, mas irreal*)": artigo de Arthur Kroeber, editor-chefe de *China Economic Quarterly***

Curtas

- Inaugurado escritório de representação da ABIMAQ na China
- Politec e Neusoft formam *joint-venture* na China
- China emite nova legislação para investimento estrangeiro direto no setor de construção

Artigo especial

O yuan continuará a se valorizar?

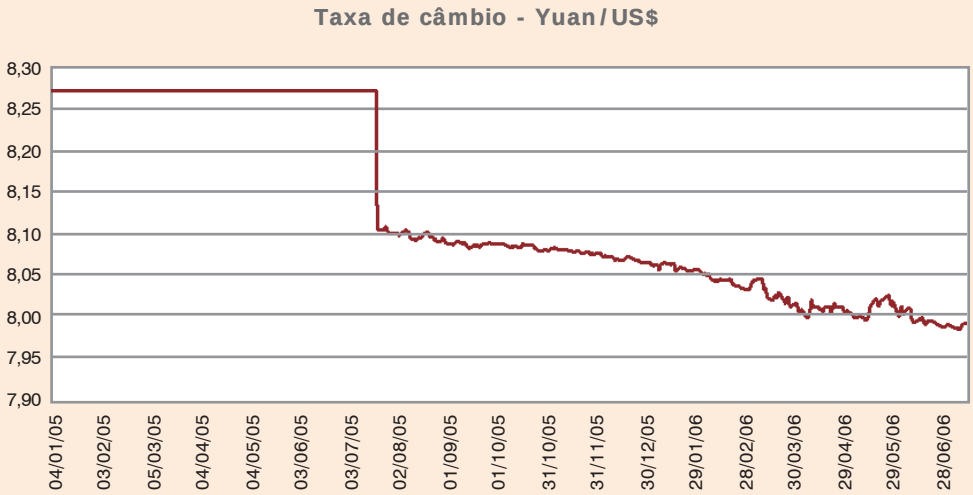
Marcelo José Braga Nonnenberg*

Há um ano, em julho de 2005, a China permitiu que o *renminbi* (nome oficial da moeda, também conhecida por yuan) passasse a flutuar, dentro de uma pequena banda, com relação a uma cesta de moedas. Desde então, a valorização nominal já atingiu cerca de 3,5% relativamente ao dólar (ver Gráfico 1) e aproximadamente 2,8% ao euro. Além dessa medida, nos meses seguintes o Banco Central da China (PBoC) adotou alguns aperfeiçoamentos no mercado cambial, ampliando o número de participantes, introduzindo um mercado interbancário e criando um sistema de *swaps* de taxas de juros e taxas de câmbio. Esse conjunto de alterações parece confirmar a disposição do governo chinês no sentido de fazer com que, gradativamente, a cotação do *renminbi* seja estabelecida, ainda que com forte interferência do PBoC, pelo mercado de câmbio. Essa disposição foi explicitada recentemente pelo presidente Hu Jintao e pelo primeiro-ministro Wen Jiabao.

Não há muitas dúvidas de que o renminbi continuará seguindo a trajetória de valorização. Afinal, os superávits no balanço de pagamentos da China são cada vez maiores, atingindo cerca de US$ 200 bilhões em 2004 e 2005 e elevando o nível das reservas internacionais, no final de junho, para US$ 941 bilhões. Se, até agora, foi possível esterilizar tal ingresso de divisas sem criar maiores pressões inflacionárias e mantendo a dívida pública em limites confortáveis, daqui para a frente essa tarefa será cada vez mais difícil. Ou seja, não é factível imaginar que o PBoC retorne à prática de fortes intervenções no mercado cambial com vistas a segurar a cotação da

sua moeda. Por outro lado, parece óbvio que a transição para um sistema de livre flutuação não está no horizonte, tanto pelos impactos sobre as exportações e importações da China, quanto pelos efeitos sobre o mercado financeiro global. Faz-se necessário, portanto, buscar formas alternativas de reduzir o superávit do balanço de pagamentos sem colocar toda a responsabilidade sobre a taxa de câmbio.

Gráfico 1



Fonte: Fed

Nesse sentido, o PBoC divulgou sua intenção de reduzir o superávit em conta corrente, visando a obter o equilíbrio da balança comercial em horizonte de 3 anos. Para isso, a China deverá aumentar a demanda doméstica, reduzir a poupança, acelerar a remoção de barreiras ao comércio, aumentar o acesso ao mercado para empresas multinacionais e elevar a flexibilidade do mercado cambial.

Como as primeiras quatro medidas ainda não foram implementadas, resta, por enquanto, a política cambial. Contudo, a valorização do renminbi verificada até o momento é claramente insuficiente para reduzir de forma significativa o superávit comercial chinês. Considerando o diferencial de inflação entre os Estados Unidos e a China, desde fevereiro ocorreu, na verdade, uma **desvalorização** do renminbi, compensando, parcialmente, a valorização observada entre agosto e janeiro.

Ainda que, de fato, o governo chinês implemente as medidas anunciadas acima, não se deve imaginar uma reversão do superávit comercial no prazo anunciado. Caso as exportações chinesas cresçam ao ritmo médio anual observado nos últimos sete anos (23%) pelos próximos quatro anos, seria necessário que as importações aumentassem a 27% ao ano no mesmo período para se alcançar um equilíbrio na balança comercial em 2009.

Nesse cenário, o superávit comercial da China cairia de US$ 102 bilhões em 2005 para zero em 2009. Entretanto, o déficit comercial dos Estados Unidos com a China, segundo os dados norte-americanos, atingiu US$ 243 bilhões em 2005, subindo para US$ 259 bilhões nos 12 meses terminados em maio. Portanto, mesmo na presença de políticas capazes de pressionar fortemente para cima as importações chinesas, o déficit dos Estados Unidos com a China permaneceria bastante elevado, num patamar superior a US$ 150 bilhões. É provável, dessa forma, que as pressões norte-americanas sobre a China no sentido de valorizar o *yuan* prossigam.

Haveria, entretanto, uma solução alternativa para reduzir o superávit em balanço de pagamentos chinês sem provocar uma valorização abrupta da moeda chinesa. Se houvesse uma maior liberalização da conta de capitais, poderia haver um aumento significativo de investimentos diretos chineses no exterior. Atualmente, o Ministério do Comércio e alguns governos provin-

ciais, como os de Guangdong e Xangai, estimulam a realização de investimentos no exterior. Porém, até o momento, o interesse da China vem se concentrando em assegurar fontes de abastecimento de petróleo e minérios na África, Ásia e AL. Em junho, o PBoC estabeleceu normas que permitem que bancos comerciais realizem aplicações no exterior em nome de seus clientes. Muito mais se faz necessário, mas é provável que novas medidas sejam tomadas. Contudo, sempre mantendo o gradualismo chinês.

*Marcelo José Braga Nonnenberg é mestre em economia pela UnB, doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e técnico do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Macroeconomia

Superaquecimento: ação do governo e apreensão do mercado

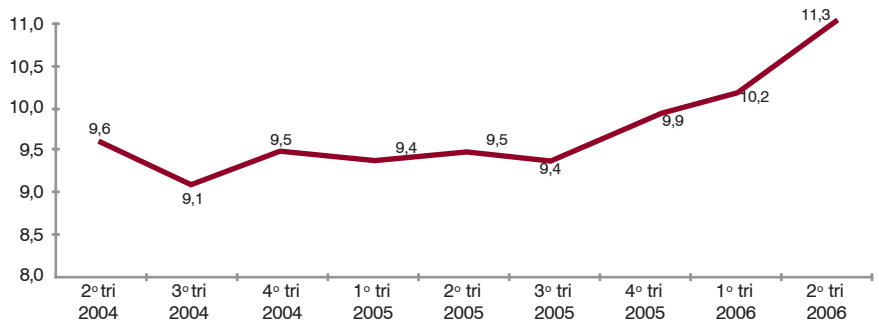
Num momento em que há relativo consenso entre analistas sobre a perspectiva de desaceleração da economia global no segundo semestre de 2006, a China registrou crescimento de 10,9% de seu PIB nos primeiros seis meses do ano, superando a meta de crescimento de 10,3% estipulada pelo governo do país para o período. De abril a junho de 2006, o PIB chinês cresceu 11,3% em comparação ao mesmo intervalo do ano anterior, a maior aceleração desde o início de 1995.

O pacote de medidas introduzido ao longo do primeiro semestre pelo governo combinou novas restrições ao setor de construção, cortes de empréstimos a segmentos nos quais o padrão de investimentos é pouco racional, e a primeira elevação na taxa de juros em mais de um ano. Apesar dos esforços, a economia do país ainda não demonstra sinais de desaquecimento.

De acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas, a formação bruta de capital fixo na China sofreu aumento de 29,8% nos seis primeiros meses de 2006, superando em 4,4 pontos percentuais o aumento registrado no mesmo período de 2005. O mercado imobiliário, um dos alvos das recentes políticas de desaquecimento econômico, também manteve resultados positivos e cresceu 24,2%.

Crescimento do PIB chinês

Var. (%)



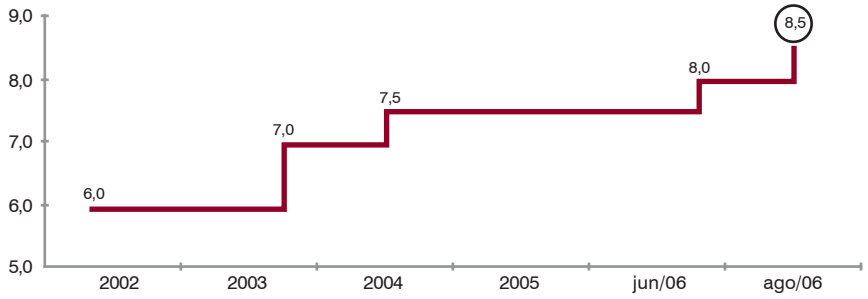
Fontes: Goldman Sachs e Citigroup

No dia 21 de julho, o Banco Popular da China (banco central) anunciou mais uma elevação de 0,5 ponto percentual para 8,5% na taxa de depósito compulsório. A elevação, a segunda em apenas dois meses, entrará em vigor a partir de 15 de agosto de 2006. A taxa de depósito compulsório determina a proporção dos depósitos que cada banco deve reter junto ao banco central e, assim como a taxa de juros, é um importante instrumento de controle da liquidez de recursos na economia. O governo chinês espera reduzir o volume de crédito disponível aos agentes econômicos, frear os indicadores de inflação e desacelerar a economia.

Na mesma data da elevação do depósito compulsório, a mudança na política cambial chinesa completava um ano, quando o yuan passou, então, a flutuar em um regime de bandas, com base em uma cesta de moedas. Contudo, persistem as pressões internacionais, sobretudo dos Estados Unidos, por maior valorização da moeda chinesa, uma vez que o câmbio subvalorizado é apontado como um dos fatores do grande superávit comercial da China. No primeiro semestre de 2006, o saldo do comércio chinês com o mundo foi positivo em US$ 61,5 bilhões, o equivalente a um aumento de 55% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Taxa de depósito compulsório

Var. (%)



Fonte: Bloomberg

As políticas de desaquecimento econômico também têm custos políticos. O governo central enfrenta dificuldades em assegurar a implementação de novas medidas administrativas frente às autoridades locais e provinciais. A relação com províncias e municípios é crucial à medida que se aproxima o congresso do Partido Comunista, que em 2007 deverá tomar algumas decisões de grande importância para os atuais líderes, inclusive a respeito da sucessão destes. A apreciação do yuan também pode pôr em risco a estabilidade experimentada pelo setor exportador chinês e elevar o desemprego no setor.

Diante das políticas para conter o expressivo crescimento do PIB, diversas instituições financeiras acenam para a necessidade de reformas mais significativas na economia e maior coordenação entre as ações adotadas. Alguns analistas destacam que a manutenção do controle cambial compromete a eficácia de outras medidas adotadas para desaquecer a economia e limita as opções a ser adotadas com o mesmo propósito.

De acordo com o Citigroup, é necessário que as ações do governo chinês – de aperto monetário ou administrativas – tenham efeito não apenas no curto prazo. Para o banco, devem ser atacados problemas estruturais que permanecem sem solução. O elevadíssimo estoque de reservas internacionais, o excesso de liquidez na economia e a maior coordenação entre as políticas de aperto monetário com outras políticas, em especial com os governos locais, devem ser o centro da agenda das reformas econômicas e políticas da China.

As últimas estatísticas divulgadas sobre crescimento econômico levantam dúvidas quanto à eficácia das medidas recentemente adotadas pelo governo central na tentativa de reduzir o ritmo de expansão da economia. Contudo, o impacto de tais políticas, sejam elas monetárias ou administrativas, necessita de tempo para surtir resultados.

Dragonomics
Research & Advisory

A China passa da deflação à inflação (uma história interessante, mas irreal)

Arthur Kroeber[1]

Em reuniões recentes, diversos clientes nos sugeriram que a era da China deflacionária teria acabado e que a era da China inflacionária estaria começando. Esse argumento vem embalado pelo aumento da oferta de moeda em circulação nas últimas semanas, acompanhado por uma nova enxurrada de relatos na imprensa sobre o aumento dos custos de mão-de-obra na China e, conseqüentemente, aumento dos preços das exportações chinesas. Nossas opiniões sobre esse assunto estão resumidas a seguir:

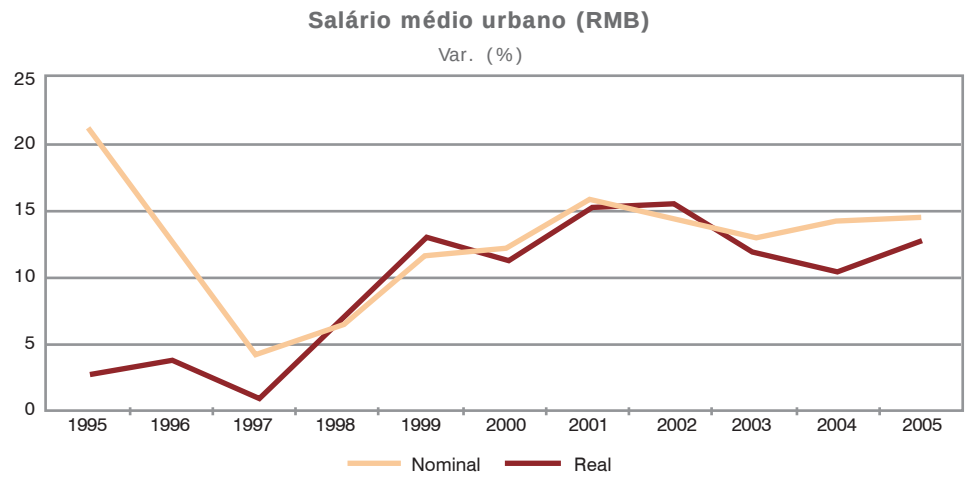
- A China nunca foi exportadora significativa de deflação.
- A China não está, neste momento, tornando-se exportadora significativa de inflação.
- Os custos na China vêm crescendo gradualmente há uma década, mas foram contrabalançados pelos rápidos ganhos de produtividade. Não há evidência alguma que possa sugerir que este padrão bem estabelecido esteja mudando.
- A demanda chinesa contribui efetivamente para o aumento dos preços dos recursos globais. Mas isto não implica explosão inflacionária para uma economia dependente do setor de serviços como a norte-americana.
- Os principais fatores de pressão inflacionária no mundo desenvolvido são:
  1) a diferença entre a produção global atual e o seu potencial;
  2) a relativa restrição da liquidez global.

Com fatia de 7% da atividade manufatureira global e o constante hábito de desenvolver capacidade além da demanda, a China ainda contribui de forma marginal com o processo deflacionário da produção global mencionado no fator 1 acima. E é completamente irrelevante para a liquidez global, que é determinada pelas políticas dos bancos centrais dos Estados Unidos, Japão e Europa.

Os custos estão aumentando: o que mais é novo?

Vamos primeiramente comentar os recentes rumores alarmistas sobre o aumento dos custos de produção na China. É verdade que os salários e outros custos estão subindo – mas e daí? Dados oficiais indicam que o salário nominal médio do trabalhador urbano aumentou mais de 10% ao ano desde 1998, com crescimentos reais não inferiores a esta taxa (Figura 1). Não há evidência de aceleração secular na taxa de crescimento dos salários. Este dado provavelmente exagera o nível de inflação salarial, uma vez que abrange apenas os salários nas áreas urbanas e nas atividades formais, nas quais o aumento tem sido maior. Se o custo salarial fosse o principal determinante dos custos de exportação chinesa, então a China estaria exportando inflação desde 1998, o que claramente não aconteceu. Concluímos, portanto, que não há nenhuma correlação específica entre os salários chineses e os preços das exportações chinesas.

Figura 1



[1] Editor-Chefe da China Economic Quarterly

Ao analisarmos esta situação por um breve momento, é possível entender por que é assim. Primeiramente, a produtividade do trabalhador tem crescido muito rapidamente (cerca de 8,4% ao ano na última década, de acordo com as estimativas do Banco Mundial). Isto significa que o custo unitário do trabalhador apresentou um acréscimo mais lento do que os salários nominais.

Em segundo lugar, este rápido incremento na produtividade contribuiu para uma rápida expansão da base industrial chinesa e da sua pauta de exportações. Se a China exportasse os mesmos produtos de uma década atrás – vestuário e brinquedos – então o rápido aumento da média salarial se reverteria em grande aumento nos preços das exportações. Mas, na realidade, a China agora exporta uma pauta mais ampla de produtos, constantemente aumentando a presença de bens intensivos em capital, como aço, veículos e maquinário. Os salários mais altos são, basicamente, um reflexo do aumento da produtividade que permitiu à China ingressar nesses novos setores. Nesses mesmos setores, a China continua a pressionar os preços para baixo e não para cima. Uma vez que os salários são, cada vez mais, um componente muito pequeno no custo final, qualquer aumento nominal do salário terá um impacto mínimo nesses novos setores.

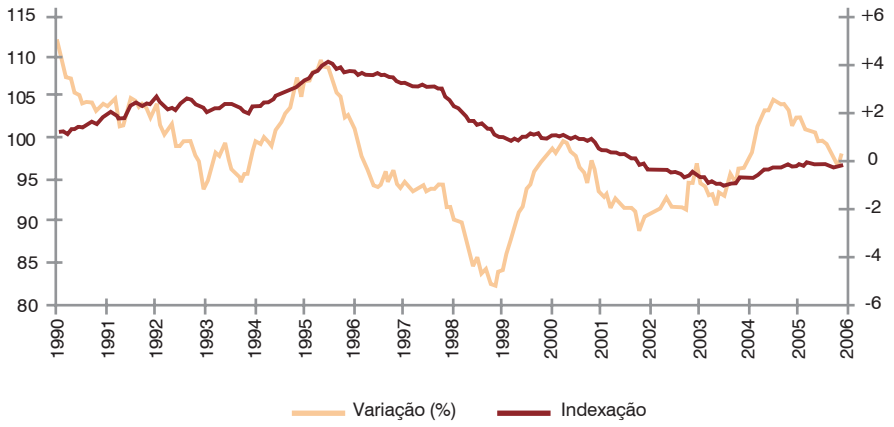
Preços das exportações: ainda *soft*

Este argumento é sustentado pelos dados dos preços das exportações a que temos acesso. Vale lembrar que a China não monitora os preços de exportação ou importação. Existem, entretanto, dois índices facilmente disponíveis para os preços das exportações chinesas: o índice de reexportação de Hong Kong (*Hong Kong's re-export prices index*) e o novo índice de preços das importações chinesas do escritório de estatísticas trabalhistas dos Estados Unidos (*US Bureau of Labor Statistics*). Nenhum dos dois índices corrobora a tese da era da China inflacionária.

O índice de reexportação de Hong Kong (Figura 2) decresceu continuamente no período compreendido entre 1995 e o início de 2004, elevando-se timidamente por um ano e mantendo-se estável no último ano ou mais. Isto justifica a alegação de que a China não vem mais conduzindo a redução dos preços das suas tradicionais exportações de produtos de baixo valor agregado – que dominam os dados de reexportação de Hong Kong. Mas a tendência anual (linha vermelha), que já foi positiva por um breve período, agora voltou a ser negativa. Este fato não sugere uma tendência inflacionária.

Figura 2

Preços de reexportação de Hong Kong (1990-2006)



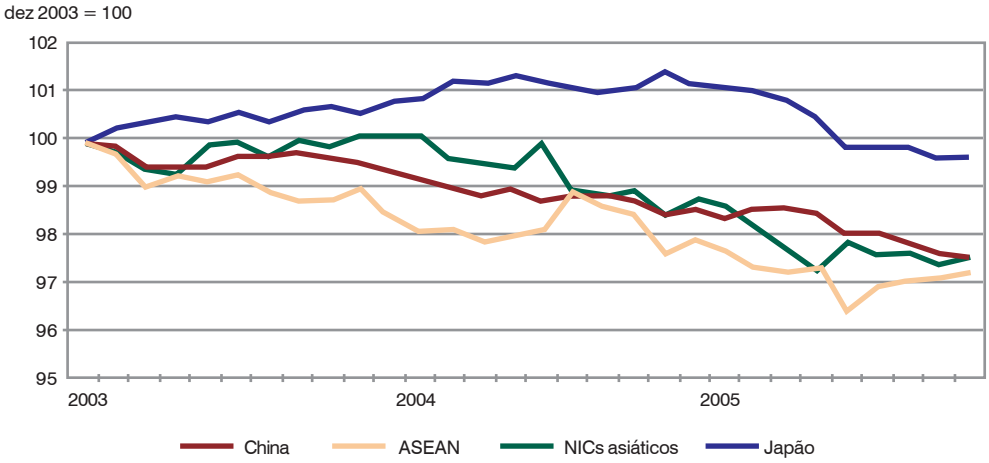
As Figuras 3 e 4 mostram os preços das importações norte-americanas de produtos chineses. Esta série tem a vantagem de refletir uma variedade maior de produtos do que a de Hong Kong, mas tem a desvantagem de conter informações apenas a partir de 2003. Entretanto, o que podemos inferir daqui é perfeitamente claro – no agregado, os preços dos bens chineses exportados aos Estados Unidos continuam a declinar. Não há evidência de pressão inflacionária. A Figura 4 apresenta a China em contexto asiático mais amplo e remete às mesmas conclusões em relação às exportações asiáticas em geral.

Figura 3

Preço das importações norte-americanas da China

Figura 4

Preço das importações norte-americanas da Ásia

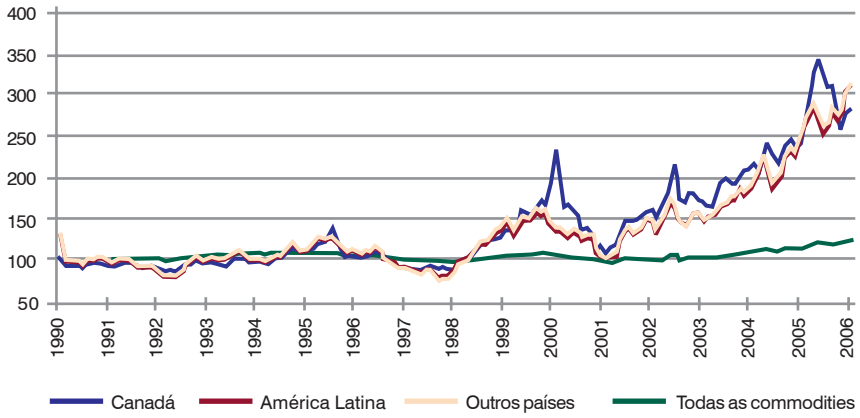


A China esfomeada – nada muito preocupante

E sobre a percepção de a China, com sua demanda insaciável por recursos naturais, induzir um aumento dos preços das matérias-primas e, conseqüentemente, gerar inflação? A Figura 5 demonstra uma correlação clara e positiva nos Estados Unidos entre os preços das importações de itens não manufaturados de mercados estratégicos de recursos naturais e o índice geral de preços de importação. Mas o repasse é muito menor: nos últimos 8 anos, os preços das importações de produtos não-manufaturados dessas fontes estratégicas aumentaram cerca de 200%, enquanto o índice geral do preço das importações cresceu aproximadamente 20% - o que significa que o aumento de 1% nos preços de matérias-primas se traduz em elevação de 0,1 ponto percentual no preço geral das importações. Apenas uma fração da inflação do preço de exportação seria embutida no índice de preços ao consumidor. Este fato nos leva a crer que a face demandante da China não tem impacto maior na inflação norte-americana do que a face ofertante da China.

Figura 5

EUA: preços das importações de não-manufaturados vs. preços de todos os produtos importados



Resumidamente, não vemos a China convertendo-se subitamente numa força inflacionária. Além disso, no que se refere à inflação global, a China é o "rabo" e não o "cachorro". Nós nunca fomos grandes crédulos da ameaça da China como uma exportadora de inflação, devido à fatia chinesa relativamente pequena na indústria manufatureira mundial e sua inabilidade em afetar os preços dos serviços.

Contudo, nós não pretendemos ser especialistas em economia mundial; os peritos no assunto sugerem que a fonte do crescimento não-inflacionário dos últimos anos foi o surgimento de uma grande lacuna de produção após a explosão da bolha tecnológica em 2001. Depois do estouro da bolha, o Tesouro norte-americano (Fed) inundou o mundo com liquidez ao cortar a taxa de juros de 6% para 1%, mas o crescimento então gerado foi não-inflacionário devido ao excesso de capacidade global na qual a China era, no máximo, um contribuinte marginal.

Agora, a demanda começa a ficar congruente com a oferta, e os preços começam a aumentar. Enquanto isso, o Fed alterou a taxa de juros, reconduzindo-a ao nível de 2001, e a liquidez global vem sendo drenada pelo fluxo de recursos financeiros que retornam ao Japão. A China é basicamente um espectador de todos esses eventos (nossos colegas da Gavekal Research, uma empresa dedicada a pesquisas sobre economia global e alocação de recursos, baseada em Hong Kong, recentemente emitiram uma nota analisando esses pontos, a qual poderemos repassar aos interessados).

O resultado mais provável da severa redução da liquidez global é a rápida desaceleração do crescimento global que terá início no segundo semestre de 2006. E isto levará a um segundo grande questionamento: se a economia norte-americana naufragar, o que acontecerá com a China? Nós apresentaremos a resposta em uma próxima oportunidade.

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma incitação à oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum Estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 19.06.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração do conteúdo original.

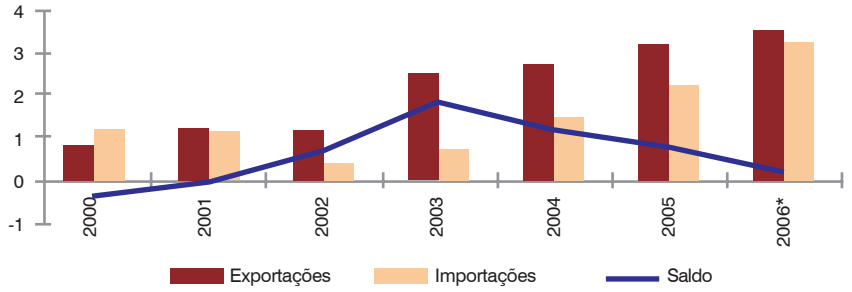
China substitui importações brasileiras no mercado argentino

Assim como setores da indústria nacional, também a indústria argentina está preocupada com o crescimento das importações de produtos chineses. Nos últimos sete anos, entre 1999 e 2005, a exportação de produtos chineses para a Argentina cresceu quase 300%. Já a venda de produtos brasileiros para a Argentina cresceu 82,4% no mesmo período.

A maior participação chinesa na pauta importadora da Argentina já era esperada devido ao aumento da presença chinesa no comércio global. Recentemente, no entanto, a China começou a substituir o Brasil em setores tradicionais do intercâmbio comercial com o seu maior parceiro no Mercosul.

Intercâmbio comercial Argentina-China

US$ bilhões

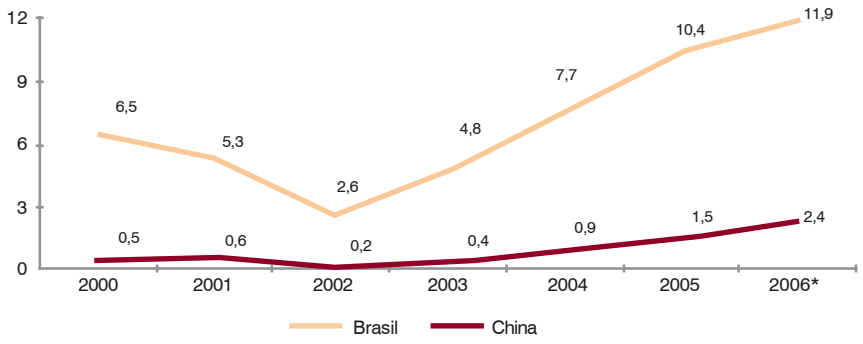


Fonte: Abeceb.com *estimativa

O baixo preço médio das importações chinesas, comparado ao de equivalentes brasileiros, é o principal fator para o desvio verificado no comércio entre Brasil e Argentina. Nos primeiros cinco meses de 2006, os bens provenientes da China representaram 9,1% das importações totais argentinas. Enquanto a China oferece vantagens competitivas, o Brasil perde fatia do mercado argentino em razão dos acordos de restrição de exportações pleiteados pelo governo Kirchner.

Evolução das importações argentinas do Brasil e da China

Total importado em US$ bilhões



Fonte: Abeceb.com *estimativa

De acordo com a consultoria Abeceb.com, que compila os dados estatísticos do comércio exterior da Argentina, as importações argentinas de produtos brasileiros crescerão 14% em 2006, em comparação aos dados consolidados de 2005, ao passo que a importação de produtos chineses sofrerá incremento de 54,3%, no mesmo período.

A substituição das importações brasileiras pelas chinesas ocorre, sobretudo, nos setores de produtos de baixo valor agregado. A participação chinesa no mercado argentino no setor de manganês era nula em 2002. Atualmente, a importação argentina de manganês chinês equivale a 97% do mercado, contra apenas 3% do Brasil. Em 2002, a Argentina importava 100% de manganês e suas manufaturas, como telhas, arames e placas de identificação, do Brasil.

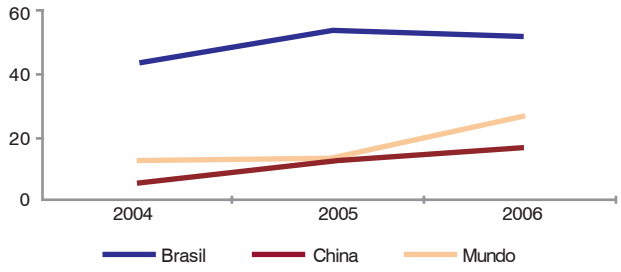
A Argentina comprava do Brasil 77% do seu consumo de panelas e utensílios de uso doméstico no primeiro trimestre de 2002, ao passo que a fatia chinesa era de apenas 17%. Já em 2006, a China passou a dominar 79% deste mercado, contra 19% de importações brasileiras. Outro setor no qual o Brasil registrou desvio de comércio foi o de bicicletas: enquanto nos primeiros três meses de 2002 o Brasil possuía 79% do mercado, no mesmo período de 2006 as bicicletas brasileiras passaram a representar apenas 15% do mercado argentino.

Autolimitação das exportações – A perda dos mercados de manganês, utensílios de cozinha e bicicletas traz inquietações acerca da redução da fatia brasileira em setores nos quais o Brasil negociou acordos de restrição de exportações com a Argentina em 2004. Nos acordos, conhecidos como Mecanismo de Adaptação Competitiva, foram incluídos os setores de calçados e eletrodomésticos da linha branca. A análise da importação argentina dos produtos que eram alvos de disputas com os brasileiros demonstra que a participação chinesa ainda não é significativa naqueles segmentos específicos. No setor têxtil, por exemplo, a China representa menos de 10% das importações argentinas. Isto não significa, contudo, que a China não tenda a substituir rapidamente o Brasil como fonte predominante dos mesmos produtos.

Enquanto as exportações de calçados do Brasil para a Argentina cresceram 20% entre 2002 e 2004, a importação argentina de calçados chineses aumentou 218% no mesmo período. A participação de outros fornecedores também cresceu, chegando a registrar índice de expansão de 107%.

Importações argentinas de calçados

US$ milhões - 1º semestre

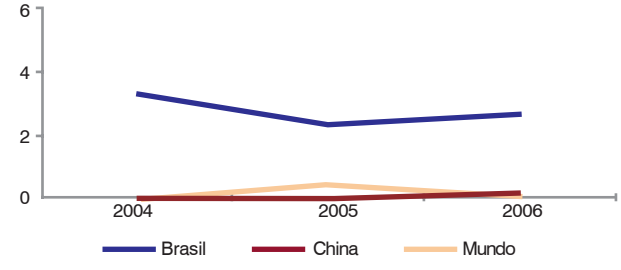


Fonte: Abeceb.com

Em relação ao setor de refrigeradores, a participação do Brasil no volume total de importações caiu de US$ 4,5 milhões no primeiro semestre de 2004 para US$ 3,6 milhões em igual período de 2006, queda de 20%, aproximadamente. Apesar de a fatia chinesa no setor ainda ser tímida, a compra de geladeiras chinesas cresce rapidamente, ao índice de 210% entre o primeiro semestre de 2004 e 2006, com importação de US$ 33 mil nos primeiros seis meses de 2006.

Importações argentinas de refrigeradores

US$ milhões - 1º semestre



Fonte: Abeceb.com

A ministra de Economia da Argentina, Felicia Miceli, esclareceu que caso seja comprovado o desvio de comércio dos produtos brasileiros no mercado argentino, a Argentina apoiará a revisão dos acordos de restrição voluntária às exportações. Nesse sentido, foi realizado em 12 de julho de 2006 um encontro entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, e o secretário da Indústria argentina, Miguel Peirano. Na reunião, o Brasil entregou uma solicitação oficial de eliminação das restrições negociadas às exportações de bens brasileiros, entre eles os eletrodomésticos da linha branca.

A análise da pauta exportadora chinesa para a Argentina não suscita preocupação excessiva no curto prazo. O Brasil ainda é beneficiado pela diversificação de sua pauta de vendas e da elevação das exportações de eletrônicos, como telefones celulares. Não obstante o superávit brasileiro com a Argentina, a recuperação econômica desse país requer avaliação dos acordos de restrição de exportações.

Outro fator relevante na determinação dos padrões de competição crescente com a indústria chinesa é a hesitação dos países do Cone Sul nas negociações do Mercosul. Enquanto questões políticas continuarem a ser barreiras nas negociações do bloco sul-americano, as vantagens comerciais chinesas acentuarão o desvio de comércio dos bens brasileiros. Tem sido amplamente estudado o fenômeno de que os principais impactos da competitividade chinesa para a indústria exportadora brasileira são sentidos não necessariamente no mercado interno, mas em terceiros países, nos quais o Brasil costumava gozar de boa margem competitiva. Neste contexto, as demandas argentinas de contenção de exportações brasileiras, que cada vez mais dificultam a construção do Mercosul, tendem não apenas a não acarretar os benefícios pretendidos para a indústria local, mas também a introduzir novos atores externos em detrimento de produtores brasileiros. Tais demandas podem vir a exacerbar, na Argentina, as dificuldades encontradas por vários setores, em terceiros países, frente à competição com similares chineses.

Relações bilaterais

Crescimento econômico chinês define agenda proativa para a África

A visita do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, a sete países africanos, realizada em junho de 2006, foi mais um marco da ativa política de aproximação da África lançada pelo governo chinês em 2000. Esta é a terceira vez, nos últimos seis meses, que líderes chineses visitam o continente em busca de acordos e contratos que atendam à crescente demanda da China por novos mercados consumidores e, em particular, por fontes estáveis de recursos naturais.

A formulação de políticas especiais de aproximação para os países africanos não é algo novo. Na década de 1960, a África era arena para a condução de campanhas políticas e ideológicas da China em contexto percebido como de oposição do país aos Estados Unidos, Taiwan e União Soviética. Com a independência dos países africanos e a maior projeção internacional da China, a agenda política chinesa para o continente esvaziou-se, e as visitas oficiais tornaram-se cada vez mais escassas.

A postura chinesa para a África teve forte guinada no início desta década. O país passou a promover reuniões de cúpula bienais (a próxima será em novembro), nas quais chefes de Estado e de governo africanos são recebidos em Pequim com pompa e circunstância, em meio a propostas de aproximação crescente com o continente. Da mesma forma, tornou-se notória, a partir de meados da década de 1990, a presença de empresas chinesas em países africanos. Inicialmente dedicada à exploração de petróleo em ambientes altamente instáveis, como Sudão e Angola, a presença chinesa diversificou-se aos setores de infra-estrutura e construção civil, telecomunicações, energia e indústria leve, embora a tônica predominante nesse relacionamento seja a busca chinesa por suprimentos seguros de recursos naturais.

A China já é o terceiro maior parceiro comercial da África, atrás apenas dos Estados Unidos e da França. Em 2005, o comércio sino-africano movimentou cerca de US$ 40 bilhões de dólares, um aumento de 35% em relação ao ano

anterior (em 2000, esse valor não chegava a US$ 11 bilhões). O aumento das importações chinesas de petróleo e outros recursos energéticos ou minerais é o maior responsável pelo salto das trocas comerciais – a África fornece quase 75% do total de petróleo importado pelo país.

O baixo preço dos produtos chineses vendidos no mercado africano e a valorização dos preços das *commodities* no mercado internacional têm contribuído para a superação dos déficits comerciais de algumas economias subsaarianas e para o aumento significativo do poder de compra dos consumidores africanos. Contudo, alguns analistas e organizações sindicais argumentam que as importações chinesas, em especial de têxteis, estariam prejudicando as indústrias nacionais. Neste sentido, começam a pressionar governos locais para que mecanismos de defesa comercial sejam colocados em prática. O acordo de restrição às exportações chinesas de têxteis para o mercado sul-africano, celebrado durante a visita de junho do primeiro-ministro chinês à África do Sul, é uma clara resposta a esses pleitos. O acordo prevê a redução do atual fluxo de têxteis da China para o país em até dois terços.

Produtos de origem chinesa recebem tratamentos preferenciais em alguns países africanos. Recentemente, a Nigéria e a petrolífera estatal chinesa China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) firmaram acordo que isenta os produtos importados da China do pagamento de tarifas e garante aos chineses o direito de explorar reservas petrolíferas na costa nigeriana. O corte tarifário permitirá, por exemplo, que maior parcela da população nigeriana tenha acesso a geradores portáteis relativamente baratos, produto de grande importância para a população local em função da insuficiência do sistema de fornecimento de energia do país. Outros acordos sino-nigerianos permitem que a China utilize produtos como medicamentos e arroz para pagamento pelos direitos de exploração de petróleo.

Em troca de concessões de direitos de exploração de petróleo e de recursos minerais, a China oferece aos países africanos programas de cooperação técnica necessários para a garantia da infra-estrutura de exploração e transporte dos produtos extraídos naqueles países. Com isso, o volume de investimentos diretos chineses na África também está em expansão. Em 2005, o montante investido foi de US$ 1,8 bilhão. Estima-se que a China participe diretamente de cerca de 900 projetos no continente africano, sendo a maioria financiada por estatais chinesas de construção pesada.

Tais projetos não ocorrem sem críticas. De um lado, aponta-se que muitos projetos chineses de infra-estrutura revestem-se de conotação política, procurando facilitar a obtenção de direitos de exploração petrolífera ou de recursos naturais, e assim não necessariamente atenderiam a necessidades reais dos países africanos. Tal é o caso, porém, de edifícios ou palácios ofertados a governos africanos no contexto de obtenção de direitos de exploração de recursos naturais. De outro lado, muitos analistas indicam que os investimentos chineses pouco contribuem para o desenvolvimento africano, uma vez que as empresas neles envolvidas preferem utilizar mão-de-obra chinesa a recorrer à local, há pouco envolvimento de fornecedores locais, utilização de insumos e serviços exclusivamente chineses, e o ressarcimento de financiamentos freqüentemente é atrelado ao fornecimento de matérias-primas.

Em 2000, foram criados o Fórum de Cooperação China-África (CAFC, em inglês) e o Conselho Empresarial China-África, com o objetivo de intensificar o comércio e o fluxo de investimentos entre as duas regiões. Nas conferências, que ocorrem a cada dois anos, participam líderes políticos, representantes de organismos não-governamentais, organismos internacionais e regionais, e empresários chineses e africanos.

Os setores de energia, mineração e infra-estrutura são as prioridades chinesas. Contudo, durante a visita de junho de Wen Jiabao ao Egito, Gana, Congo, Angola, África do Sul, Tanzânia e Uganda, foram assinados com os governos locais diversos acordos de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, educação, defesa nacional, saúde e comércio. Na visita do presidente chinês Hu Jintao à Nigéria, Marrocos e Quênia, realizada em abril passado, também foram firmados acordos de cooperação fora dos setores extrativos.

A atuação da China em outros setores da economia africana tem dificultado a formação de parcerias para a exploração de recursos naturais no continente que não envolvam capital chinês. Em 2003, a inglesa *American Mineral Fields* perdeu uma concorrência para a comercialização de cobalto realizada pela Gecamines, detentora das licenças de exploração das reservas minerais da República Democrática do Congo. Na ocasião, a China venceu a concorrência ao oferecer um bônus ao Estado congolês de aproximadamente US$ 29 milhões.

Em junho de 2006, foi a vez da Companhia Vale do Rio Doce perder para a China o direito de exploração de jazidas de ferro em Belinga, no Gabão. Investidores chineses também são um desafio para atores brasileiros em Angola, principal parceiro comercial brasileiro no continente. Em 2005, o comércio bilateral sino-angolano movimentou cerca de US$ 7 bilhões de dólares, concentrados em petróleo. Recentemente, Angola superou a Arábia Saudita na condição de maior fornecedor de petróleo para o mercado chinês.

Em visita a Angola, Wen Jiabao prometeu maiores linhas de crédito, aumentar o fluxo de investimentos chineses para o país e a construção de aeroporto internacional em Luanda. Se todas as promessas forem concretizadas, serão realizados investimentos que, somente no setor de infra-estrutura, somarão US$ 2 bilhões ainda em 2006.

A China não impõe condições políticas para elaboração de acordos comerciais e fornecimento de crédito, o que permite a multiplicação de acordos entre Pequim e países africanos e preenche o espaço deixado pelas economias ocidentais e instituições internacionais. Organismos internacionais temem que benefícios econômicos resultantes de programas de cooperação tecnológica, acordos comerciais e investimentos chineses contribuam para a sustentação de governos acusados pela comunidade internacional de desrespeitar direitos humanos.

O Sudão, país que há anos vive sob regime ditatorial e enfrenta grave crise humanitária por conta do conflito na região do Darfur, é o principal destino de investimentos chineses na África, com cerca de US$ 3 bilhões já investidos. A China detém cerca de 40% da indústria petrolífera sudanesa, e aproximadamente 50% da produção do país destinam-se ao mercado chinês. Em razão de interesses estratégicos e a fim de garantir o fornecimento de petróleo, a China tem se mostrado reticente às tentativas de imposição pelo Conselho de Segurança da ONU de embargos econômicos ao Sudão.

Todos os países africanos abrangidos pela última visita de Wen Jiabao possuem grandes reservas de recursos naturais e exportam parcela significativa de sua produção para o mercado chinês em troca de produtos manufaturados de baixo custo e endividamentos de longo prazo. A China tem, na prática, complementado ou mesmo substituído governos locais no fornecimento de infra-estrutura, saúde e desenvolvimento de tecnologia.

Energia I

Aumento do preço do carvão estimula reajuste da energia elétrica

O governo chinês reajustou o preço da energia elétrica no início de julho, com o objetivo de compensar o aumento dos preços do carvão. O último aumento nos preços ocorrera havia mais de um ano. Duas das maiores geradoras do país, a Datang e a China Resources, elevaram seus preços em até 14% e 7,8%, respectivamente. O governo chinês determina os preços da energia elétrica com o objetivo de controlar seu impacto inflacionário. A China é a segunda maior consumidora de energia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Recente relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), um organismo da ONU, divulgou que o baixo preço da tarifa de energia elétrica na China foi responsável por determinar uma eficiência energética entre 20% e 40% inferior à de países desenvolvidos. Nesse sentido, o aumento nos preços é um estímulo à redução do consumo. Segundo a AIE, os blecautes podem tornar-se crônicos caso a China mantenha seu objetivo de dobrar o PIB entre 2000 e 2010.

A Agência defende que o país asiático deve duplicar a atual taxa de investimento e injetar montante entre US$ 50 bilhões e US$ 70 bilhões por ano no setor de geração de energia elétrica a fim de evitar futuros apagões.

A China utiliza o carvão como principal fonte de energia, responsável por dois terços da energia que consome. Para aliviar as pressões dos organismos de defesa ambiental, o governo divulgou projetos de construção de centrais nucleares e unidades de dessulfuração, com o objetivo de diminuir a emissão de enxofre na atmosfera. O aumento dos preços encoraja, igualmente, o uso de fontes alternativas de energia, como a eólica.

Energia eólica – A província de Jiangsu desenvolverá o maior parque eólico da China, com uma usina de 200 MW e capacidade de fornecimento de energia para 400 mil moradias. A construção faz parte da estratégia chinesa de quadruplicar a participação do uso de fontes renováveis de energia em sua matriz energética até 2010. Jiangsu é uma província estratégica por estar na desenvolvida costa leste, grande demandante de energia. Atualmente, a China possui instalações eólicas com capacidade de produção de 1.260 MW.

Indústria

O superaquecimento econômico não intimida projetos industriais no norte da China

Em contradição à adoção de políticas visando à desaceleração da economia, o governo central mantém um programa de incentivo à criação de novos pólos industriais no país. O projeto de industrialização da região de Binhai, localizada na parte setentrional da costa chinesa, recebe incentivos fiscais para a sua consolidação e aguarda o início das reformas econômicas e burocráticas na região aprovadas pelo governo.

O crescimento anual do PIB previsto para a Nova Área de Binhai, título conferido à região, é de 17% nos próximos cinco anos. Fontes oficiais afirmam que o objetivo do projeto é garantir que a região do norte da China desfrute de grau de desenvolvimento econômico e social similar ao observado nas regiões de Shenzhen e Xangai. Apesar de Binhai ser o maior porto do país, a província de Tianjin, onde se localiza, nunca obteve destaque econômico e constantemente disputa investimentos com a capital Pequim, localizada a cerca de 100 km.

Durante os mais de dez anos em que o projeto de industrialização de Binhai aguardava autorização do governo central para ter início, autoridades locais fizeram intensas pressões a fim de superar as rivalidades políticas existentes entre as cidades de Pequim e Tianjin, fruto da disputa por investimentos e visibilidade, para dar continuidade ao projeto. Em 2005, o governo aprovou o início das reformas na região e, no último Plano Qüinqüenal, adotado em março pelo Congresso Nacional do Povo, a industrialização de Binhai foi apontada como um dos objetivos centrais do país.

As autoridades locais foram instruídas pelo governo central a realizar reformas na região a fim de simplificar a burocracia e adaptar o sistema financeiro às expectativas de crescimento. Entretanto, a novidade está no fato de que o governo estuda a possibilidade de permitir que os camponeses de Binhai vendam seu direito de uso do solo e fiquem com o dinheiro arrecadado com a venda, destacou o subsecretário do Partido Comunista em Tianjin, Pi Qiansheng. Em Shenzhen e Pudong a situação foi diferente: os camponeses tiveram direito a indenizações em montantes reduzidos, que foram pagas diretamente pelo governo.

O direito de venda direta de terras de camponeses será um interessante caso cuja evolução merece ser observada. Somente em 2003 o Congresso chinês consagrou na constituição nacional o direito à propriedade privada. O artigo ainda gera polêmicas internas, especialmente nas alas do partido mais conservadoras e críticas ao processo de abertura econômica. No entanto, a inovação aplicada em Binhai poderá ter repercussões significativas para a formação de um mercado de comercialização de títulos de propriedade rural e, possivelmente, maior racionalização, por mecanismos de mercado, da estrutura fundiária nos meios rurais chineses.

Embora a região de Binhai, dadas à proximidade com Pequim e às vantagens logísticas, pareça ser uma aposta sensata de desenvolvimento econômico, o projeto está sendo implementado sem avaliação, pelo menos publicamente, do impacto que poderá ter sobre o programa de revitalização econômica da região nordeste também em curso. O programa foi apresentado, em 2003, como uma das prioridades do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao, uma vez que o nordeste (províncias de Liaoning, Heilongjiang e Jilin) passara por sério declínio industrial nos últimos 15 anos. É plausível que, por sua proximidade, Binhai se revele um magneto para novos investimentos que, em outras condições, teriam o nordeste da China como destino preferencial.

Comércio internacional II

Membros da OMC rejeitam corte de tarifas sugerido pela China

Apesar da suspensão das negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, merece registro uma proposta apresentada pela China nos últimos dias da rodada, uma vez que dá indícios do tipo de papel que o país parece querer exercer na OMC. A China encaminhou proposta de redução das tarifas de acesso a mercados industriais para países que recentemente ingressaram na Organização. Os chineses sugeriram corte de tarifas uma vez e meia menor do que os demais países em desenvolvimento, e exclusão de 15% da linha tarifária de reduções, percentual superior aos 10% discutidos para os países emergentes.

Ainda no papel aparentemente auto-atribuído de porta-voz dos membros recém-ingressados na OMC, a China solicitou prazo adicional de três anos para implementar os acordos, e carência de outros três anos para, então, submeter-se ao período concedido aos países emergentes. Considerando o prazo inicial de dez anos para adaptação, conforme aprovado na Rodada Uruguai (1986-1995), e demais extensões requeridas pela China, o país só cortaria de fato suas tarifas no final de 2026. O prazo atual para a finalização de todos os compromissos assumidos pelos chineses na acessão à OMC é até 2010, e em dezembro deste ano encerra-se a fase transitória de adaptação das regras comerciais nacionais ao arcabouço jurídico da OMC.

A flexibilidade demandada pela China não apenas obteve pouco apoio na negociação, mas também provocou oposição aberta de parte de alguns membros. De acordo com o jornal *Valor Econômico*, a Comunidade Européia classificou a sugestão chinesa como “fora de questão”, recebendo apoio dos Estados Unidos e dos países emergentes.

Quando o primeiro-ministro Zhu Rongji desafiou setores conservadores do Partido Comunista e liderou a campanha de acessão à OMC apesar da oposição encontrada em diversos setores políticos e industriais, sua visão era de que a entidade seria, de um lado, um indutor externo de modernização de uma economia que tendia à ossificação crescente se não fosse rapidamente exposta a maiores competição e abertura. Zhu compreendia que o Estado não seria capaz de, sozinho e sem desafios externos, impor à indústria nacional os necessários mecanismos de modernização, racionalização e incremento de estruturas de governança. De outro lado, Zhu e o presidente Jiang Zemin também apostavam na OMC como uma forma de introduzir, em prazo muito curto, mudanças estruturais na economia e na legislação comercial que, de outra forma, seriam barradas pela linha dura do Partido, descrente dos benefícios de maior abertura econômica.

Os eixos do projeto de adesão à OMC parecem ter sido bem-sucedidos. No entanto, a adaptação às regras de comércio multilaterais ainda tem deficiências, como no caso, sensível para o Brasil, de barreiras técnicas ao comércio de produtos agropecuários. E o governo, possivelmente procurando minimizar tensões com segmentos políticos mais conservadores, vem impondo dificuldades crescentes à participação do capital estrangeiro em alguns setores considerados estratégicos (veja artigo sobre o setor de construção em Curtas).

Neste contexto, crescem também as contradições inerentes à inserção da China no sistema multilateral de comércio e ao papel que deseja exercer na OMC.

O mesmo país que cada vez mais se comporta como uma economia desenvolvida em termos comerciais e financeiros (por exemplo, é o único país em desenvolvimento signatário do Acordo sobre Tecnologia da Informação da OMC), procura agora legitimar posturas conservadoras nas negociações comerciais multilaterais por meio de um discurso de apoio aos países emergentes, conceito vago cuja aplicação à China certamente não é a mesma a ser concedida a países da África subsaariana, particularmente no comércio internacional. A China tende a tornar-se um dos mais influentes membros da OMC. Se, no entanto, vai procurar exercer essa influência no sentido de restringir ou retardar o acesso a seu mercado, sua contribuição ao desenvolvimento do arcabouço jurídico do comércio poderá ficar muito aquém do esperado.

Curtas

Máquinas I

ABIMAQ abre escritório na China

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) inaugurou escritório de representação em Pequim com o intuito de aumentar suas vendas para o mercado chinês. Em 2005, a China importou US$ 53 bilhões em equipamentos e máquinas, dos quais apenas 0,5% era de origem brasileira. O saldo da balança comercial chinesa de máquinas e equipamentos foi negativo em 2005, mas o país obteve superávit de US$ 45 milhões com o Brasil.

TI

Politec produzirá softwares na China

A Politec, maior empresa brasileira de capital privado na área de serviços de tecnologia da informação, e a empresa chinesa Neusoft Group anunciaram a formação de *joint-venture* na China, com foco nas oportunidades de negócio proporcionadas pela abertura do sistema financeiro chinês. As operações devem iniciar em dezembro de 2006. As empresas planejam promover o intercâmbio de conhecimentos operacionais.

O grupo Neusoft tem apostado em parcerias e *joint-ventures* com empresas estrangeiras, focando a exploração de novos mercados dentro da China. Em 2004, com a holandesa Royal Philips Electronics, formou a Philips-Neusoft Medical Systems para dar início ao desenvolvimento e produção de sistemas médicos no país.

O Banco da Agricultura da China, que estuda a renovação de seu centro de processamento de dados, está em negociação com a Politec e poderá ser o primeiro cliente da empresa na China.

Aviação

Embraer vende oito aviões para a China

A Embraer anunciou a venda de três aviões EMB190 e cinco EMB195 para a companhia chinesa Mandarim Airlines, uma subsidiária da China Airlines. A operação foi feita por meio de um contrato de leasing. As aeronaves substituirão os modelos Fokker usados pela companhia chinesa em rotas asiáticas. Ao mesmo tempo, a Embraer anunciou que expandirá significativamente sua rede de suporte ao produto no sudeste asiático. A localização de um novo centro logístico na região, com peças de reposição e simulador de vôo, será definida nos próximos meses.

Máquinas II

Crescem importações de maquinário chinês

A valorização do real incentivou a importação de maquinário pelas empresas brasileiras. Em 2006, empresários do setor prevêem elevação de 50% nas importações de equipamentos produzidos em série e de valor agregado relativamente baixo, como injetoras de plástico, fresadoras, tornos, prensas, guinchos e carros de transporte.

Uma grande parte dessas importações é de origem chinesa. De janeiro a junho de 2006, as importações de máquinas e aparelhos mecânicos da China cresceram 91,8% em relação ao primeiro semestre de 2005, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Uma parcela significativa desses produtos serve como insumos para setores da indústria brasileira cuja participação na pauta exportadora brasileira está em crescimento.

IED

Governo chinês reforma legislação de IED para o setor de construção

O Conselho de Estado, mais alta instância do Executivo chinês, alterou as regras de investimento estrangeiro para o setor de indústrias de máquinas de construção do país, no último mês de junho. Desta forma, qualquer operação de venda de ações das indústrias de máquinas de construção chinesa para investidores estrangeiros está sujeita a aprovação prévia do governo central. A medida é parte do programa nacional de incentivo ao fortalecimento da indústria nacional de maquinaria pesada, que inclui a produção de geradores, tratores e sistemas de controle digitais de aviação.

A nova legislação foi elaborada em resposta às críticas feitas por Pequim ao preço de venda de companhias nacionais consideradas estratégicas. Esta nova medida pode colocar em xeque as duas últimas aquisições ocorridas no setor que ainda aguardam a aprovação do Ministério do Comércio. Em outubro de 2005, a chinesa Xuzhou Machinery, uma das principais produtoras de engrenagens do país, aceitou a oferta de US$ 375 milhões feita pela norte-americana Carlyle para a aquisição de 85% de uma de suas unidades produtivas. A oferta feita pela empresa Caterpillar para aquisição da Xiamen Engineering Machinery ainda aguarda aprovação legal em razão das divergências acerca do controle majoritário da companhia.

Macroeconomia

China já é a quarta maior economia do mundo

A China ultrapassou o Reino Unido e chegou à posição de quarta maior economia do mundo em valor nominal do produto, conforme relatório do Banco Mundial publicado em junho. Em 2005, a renda nacional bruta chinesa foi de US$ 2,263 trilhões, valor apenas 0,004% superior ao registrado pela economia do Reino Unido. Os Estados Unidos, Japão e Alemanha ocupam, nessa ordem, as primeiras posições do ranking. O Brasil está na 14ª posição. Para o cálculo, o Banco Mundial considera o Produto Interno Bruto (PIB) e os rendimentos líquidos com aluguéis, lucros e salários vindos do exterior.

Agronegócio

China habilita mais 22 abatedouros de frangos a exportar

Mais 22 frigoríficos brasileiros foram autorizados pelo governo chinês a exportar carne de frango para a China. Antes da aprovação dos novos estabelecimentos, apenas dois frigoríficos possuíam licenças de exportação, apesar dos entendimentos a que haviam chegado os dois governos em 2004 no sentido de facilitar os trâmites sanitários para exportação de carnes. Os sucessivos atrasos na aprovação de estabelecimentos para exportação era um elemento importante de desgaste nas relações entre os dois países em matéria agropecuária.

Os estabelecimentos foram visitados em março, quando uma missão chinesa veio ao Brasil vistoriar oito frigoríficos e negociar as condições de autorização de outros quatorze. Os frigoríficos autorizados ficam nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2005, o Brasil exportou US$ 80 milhões em carne de frango *in natura* para a China, um aumento de 132% em comparação a 2004. Até a publicação de Carta da China, não havia notícias acerca de eventuais efeitos de novos casos de doença de Newcastle sobre as autorizações sanitárias chinesas.

Energia II

China vende fatia da PetroKazakhstan

O governo do Cazaquistão, por meio de sua estatal petrolífera KazMunaiGaz, adquiriu da China National Petroleum Corporation (CNPC) a participação de 33% na PetroKazakhstan, a maior exploradora de petróleo do país. A KazMunaiGaz pagou US$ 55 por ação, mas o valor total da transação não foi divulgado. Com a participação na Petrokazakhstan, o governo cazaque espera ter maior controle sobre os preços internos de produtos derivados do petróleo.

A PetroKazakhstan é a terceira maior produtora de petróleo da ex-União Soviética e fora comprada pela CNPC em 2005. A aquisição foi a maior realizada por uma empresa chinesa no exterior (US$ 4,2 bilhões) e integra o esforço da China para aumentar sua participação na produção de hidrocarbonetos na Ásia Central, bem como para assegurar seu suprimento estável de petróleo. Além dos direitos de exploração e produção de petróleo no Cazaquistão, a estatal chinesa, também em parceria com a KazMunaiGaz, planeja construir um oleoduto para transportar petróleo do Cazaquistão para a China.

Energia III

China e Austrália inauguram terminal de gás

O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, e sua contraparte australiana, John Howard, inauguraram em Shenzhen um terminal que receberá gás natural liquefeito (GNL) da Austrália. As instalações em Shenzhen serão operadas pela estatal China National Offshore Oil Corporation (CNOOC). O projeto, avaliado em US$ 3,6 bilhões, é parte de um contrato que prevê o fornecimento do equivalente a cerca de US$ 18,3 bilhões em GNL australiano para o mercado chinês nos próximos 25 anos.

Em 2005, as exportações australianas para a China de gás, carvão, produtos agrícolas, minério de ferro e outros recursos naturais registraram aumento de 46% e somaram US$ 11,8 bilhões. A China é o segundo maior parceiro comercial da Austrália, atrás apenas do Japão.

Petróleo

Sinopec adquire unidade petrolífera russa de médio porte

A estatal Sinopec, maior petrolífera da China, anunciou a compra da unidade petrolífera russa Udmurtneft por cerca de US$ 3,5 bilhões, vencendo a concorrência com a indiana Oil & Natural Gas Corporation. A produção diária da Udmurtneft é de 115.000 barris de petróleo, cerca 4,5% do volume de petróleo bruto importado pela China em 2005.

Embora a oferta supere o valor de mercado da companhia em quase US$ 1 bilhão, os chineses cederam o controle majoritário das ações para a Rosneft, petrolífera estatal russa. A medida reflete a necessidade de formação de *joint-ventures* e de manter-se como sócio minoritário para atuação no setor energético da Rússia.

Política internacional

Irã manifesta interesse em ingressar na Organização de Cooperação de Xangai

Durante o último encontro da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês), o presidente iraniano Mahmoud Ahmadi-Nejad manifestou interesse em tornar o Irã membro da entidade. A SCO, organização composta pela China, Uzbequistão, Quirguistão, Cazaquistão e Rússia, foi criada há cinco anos para lidar com temas conjuntos de segurança e inteligência, e passou a conferir foco especial à questão do terrorismo na Ásia Central após os atentados de 2001 em Nova Iorque.

Por ação da diplomacia chinesa, a SCO ganhou paulatinamente caráter de foro de cooperação econômica, além da agenda de segurança, durante os últimos anos. Não é claro, contudo, se o foro constituiria um ambiente para procurar engajar o Irã em diálogo mais construtivo com a comunidade internacional. Por um lado, a adesão do Irã ao grupo poderia facilitar o diálogo diplomático com o país à luz de seu polêmico programa de enriquecimento de urânio. Por outro, no entanto, pode também trazê-lo a uma esfera de influência política e militar de Rússia e China na Ásia Central que não necessariamente converge com os interesses dos demais membros do Conselho de Segurança da ONU na região.

Informática

Apple investigará violação de código de conduta de parceira chinesa

A Apple computadores investigará as condições em que trabalham os operários de sua parceira chinesa produtora de iPods. A decisão foi tomada após denúncia do jornal britânico *Mail*, que afirmou que trabalhadores chineses da fábrica estão sujeitos a 15 horas diárias de trabalho e recebem salários mensais de US$ 50.

Serviços

McDonald's e KFC abrirão *drive-throughs* na China

O aumento do mercado automotivo e a progressiva ocidentalização dos costumes e hábitos da população das grandes cidades chinesas motivaram a celebração de uma parceria entre a rede de *fast-food* norte-americana McDonald's e a rede de estações de serviço da Sinopec, maior petrolífera chinesa e proprietária de 30 mil postos de combustíveis. Atualmente com 760 restaurantes na China, 2,5% do total mundial de suas lojas, o McDonald's planeja abrir nos próximos 12 meses 100 novos restaurantes em estações de serviço e alcançar a meta de mil filiais chinesas até as Olimpíadas de Pequim, em 2008. Os restaurantes serão estabelecidos em Pequim, Xangai, Guangzhou, Shenzhen, Wuhan e Chengdu.

A China é o mercado automobilístico de maior crescimento no mundo, com aumento da venda de veículos nos primeiros cinco meses de 2006 estimada em 44%. Já a indústria de restaurantes deveria faturar 1 trilhão de yuan (equivalente a US$ 125 bilhões) em 2006, de acordo com as estimativas do Ministério do Comércio chinês, desempenho impulsionado pelo rápido aumento da renda per capita na China.

As vendas do McDonald's crescem mais rapidamente na Ásia, Oriente Médio e África, onde o aumento foi de 6,5% nos últimos doze meses encerrados em maio de 2006, em comparação ao aumento de 3,4% dos restaurantes norte-americanos registrado no mesmo período. A Yum! Brands, proprietária de 1.600 restaurantes Kentucky Fried Chicken (KFC) e 200 filiais da rede Pizza Hut, é a detentora da maior fatia do mercado chinês de restaurantes. Em resposta à expansão do McDonald's, a Yum! informou que abrirá 100 restaurantes *drive-through* da KFC na China nos próximos três anos. A rede filipina Jolibee e a norte-americana Burger King possuem planos de ingressar no mercado chinês até o final do ano.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim
Rodrigo Tavares Maciel

Estagiários: Bruno Amaral, Marla Naumann, Patrícia Siniscalchi e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br